

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. (“Companhia”), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acrescidas do relatório dos auditores independentes, na forma da Legislação Societária.

Destaques do período			
Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Ativos totais	4.263	3.689	16%
Patrimônio líquido	4.263	3.689	16%
Resultados (R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Lucro líquido	574	381	51%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		7.767	7.287
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	21
Instrumentos financeiros	7	7.613	7.107
Aplicações financeiras		7.613	7.107
Outros créditos		152	159
Impostos e contribuições a compensar	9	152	159
Não circulante		4.254.946	3.682.020
Investimento	8	4.254.946	3.682.020
Investimento em controlada		4.254.946	3.682.020
Total do ativo		4.262.713	3.689.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
Descrição	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais	11.1	573.992	381.009
Receita com instrumentos financeiros		888	703
Resultado de participação em controlada	8	573.069	380.301
Outras receitas operacionais		35	5
Outras despesas operacionais		(100)	(88)
Despesas gerais e administrativas	11.2	(57)	(55)
Outras despesas operacionais	11.3	(43)	(33)
Resultado operacional antes da tributação		573.892	380.921
Provisão para imposto de renda corrente	13	(173)	(131)
Provisão para contribuição social corrente	13	(71)	(56)
Lucro líquido		573.648	380.734
Quantidade de ações (mil)		1.742.000	1.742.000
Lucro por ação (em R\$)		0,33	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de Reais)			
Descrição		Exercícios	
		31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido		573.648	380.734
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas		179	263
Ajuste ao valor justo – TVM		325	478
Impostos diferidos – TVM		(146)	(215)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado		152	-
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego		152	-
Total do resultado abrangente		573.979	380.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de Reais)								
Descrição	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.622	1.554.997	-	340	3.308.959	
Aumento de capital com base em reservas		200.000	-	(200.000)	-	-	-	
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	(789)	-	-	-	(789)	
Ajuste ao valor justo – TVM	8	-	-	-	-	263	263	
Lucro líquido		-	-	-	380.734	-	380.734	
Destinações:								
Reserva legal	10	-	-	19.037	(19.037)	-	-	
Reserva estatutária	10	-	-	361.697	(361.697)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.942.000	10.833	1.735.731	-	603	3.689.167	
Mutação do exercício		200.000	(789)	180.734	-	263	380.208	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.942.000	10.833	1.735.731	-	603	3.689.167	
Aumento de capital com base em reservas	10	250.000	-	(250.000)	-	-	-	
Movimentação dos Planos de Remuneração baseado em ações (LTI)	10.1	-	(9.358)	8.884	-	-	(474)	
Ajuste ao valor justo – TVM	8	-	-	-	-	179	179	
Avaliação atuarial – Benefícios pós-emprego	8	-	-	-	-	152	152	
Lucro líquido		-	-	-	573.648	-	573.648	
Destinações:								
Reserva legal	10	-	-	28.682	(28.682)	-	-	
Reserva estatutária	10	-	-	544.966	(544.966)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.192.000	1.475	2.068.263	-	934	4.262.672	
Mutação do exercício		250.000	(9.358)	332.532	-	331	573.505	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)	
1. Princípio operacional: ABSF Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto social a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e essas demonstrações financeiras devem ser lidas com esse contexto. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2026.	
2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.A Administração da Companhia decidiu pela não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, conforme facultado pelo CPC 36 (R3), parágrafo 4 (a) itens (a) até (d). A Companhia será consolidada em uma das suas controladoras intermediárias, o Atacadão S.A., que terá suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, disponibilizadas ao público em seu <i>site</i> (www.grupocarrefourbrasil.com.br) e em jornal de grande circulação. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.	
3. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.	
4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do item reconhecido nos balanços patrimoniais: títulos de dívida são mensurados pelo custo amortizado.	
5. Principais políticas contábeis: 5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.	
5.2. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor de mercado, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.	
5.3. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48, para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: a. Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; b. VJORA: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno, tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e c. VJR: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. A classificação depende de: a. Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e b. As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ). Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios da Companhia representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: a. os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; b. como os gestores do negócio são remunerados; e c. como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros), para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao VJR. Não houve efeitos relevantes decorrentes da avaliação dos modelos de negócio da Companhia na gestão de seus ativos financeiros, assim como, das características do fluxo de caixa contratual destes ativos financeiros. Redução ao valor recuperável: A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior. Estágio 1: a Companhia classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial; Estágio 2: se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de <i>impairment</i> (evento de inadimplência). Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias), <i>trigger</i> relativos e absolutos; e Estágio 3: compreende os ativos com evidência de problema de recuperação de crédito, caracterizado como problemático. Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Segundo o CPC 46, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso; Nível 2: são os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços)	
ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo; e Nível 3: são derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) estão classificadas como valor justo, pois a Companhia pode manter a aplicação até o vencimento, mas vende antecipadamente se houver oportunidade ou necessidade de caixa. 5.4. Ativos e passivos circulantes: Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias.	
5.5. Participação em empresa controlada: O investimento da Companhia em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. 5.6. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. 5.7. Demandas judiciais: A Companhia não apresenta registro de demandas judiciais ou extrajudiciais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2025 e de 2024. 5.8. Reservas de pagamentos baseadas em instrumentos de capital: O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga. 5.9. Uso de estimativas: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. 5.10. Novos pronunciamentos e revisões de normativos existentes: 5.10.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - A Companhia não identificou novos pronunciamentos que impactaram as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025. 5.10.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros: Emendas aos CPC 48 e CPC 40 (R1) - Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros: visam aprimorar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, abordando questões da revisão da IFRS 9 e melhorando divulgações sobre instrumentos patrimoniais avaliados ao valor justo e vinculados a eventos contingentes. As emendas aos CPC 48 e CPC 40 (R1) terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia avaliou e não há impacto para as presentes demonstrações financeiras. CPC 48 (R2) - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. É opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. Essas alterações terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, de forma prospectiva, e a Companhia está avaliando os impactos desta alteração. CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: o CPC 51 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração relacionadas à demonstração de resultados. As alterações ao CPC 51 terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, e a Companhia está avaliando os impactos desta alteração. Lei Complementar nº 214/25 - Reforma Tributária - A Lei Complementar nº 214/25 estabeleceu a reestruturação do sistema tributário nacional, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A governança do novo modelo será centralizada pelo Comitê Gestor do IBS. A estratégia de transição e os impactos para a Instituição estão fundamentados nos seguintes pilares: a. Acompanhamento Normativo: o Banco monitora ativamente os desdobramentos da Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta a CBS e o IBS; b. Cronograma de Transição: a partir de 1º de janeiro de 2027, a Instituição iniciará a apuração e o recolhimento do IBS e da CBS, em substituição gradual ao PIS e à COFINS (que serão extintos em 31/12/2026) e ao ISS (com extinção gradual até 2032, conforme a regra de transição federativa); c. Regime Específico Financeiro: as operações da Instituição serão tributadas pelo regime específico de serviços financeiros (artigos 384 a 396 da LC 214/25). Este regime prevê a incidência dos impostos CBS e IBS sobre a receita de prestação de serviços e sobre a margem financeira (<i>spread</i>), permitindo a dedução de despesas financeiras relacionadas, conforme critérios de não cumulatividade próprios do setor; e d. Mensuração de Impactos: a Administração entende que a reforma representa uma alteração estrutural no sistema tributário nacional. No entanto, o impacto financeiro quantitativo e os efeitos sobre o valor de recuperação de ativos fiscais ainda não são passíveis de estimativa precisa, uma vez que as alíquotas de referência e as resoluções do Comitê Gestor do IBS ainda aguardam definição.	

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades (em moeda nacional)	2	21
Total	2	21

7. Instrumentos financeiros: A carteira de instrumentos financeiros é composta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, como segue:

Descrição	31/12/2025				31/12/2024			
	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Circulante	Não circulante	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Circulante	Não circulante
Certificado de depósito bancário - Nível 2 ^(a)	7.613	7.613	7.613	-	7.107	7.107	7.107	-
Títulos de dívidas	7.613	7.613	7.613	-	7.107	7.107	7.107	-

^(a) O certificado de depósito classificava-se como Nível 2, pois os preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos e os valores contábeis se aproximam do valor justo, pois o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

7.1. Redução ao valor recuperável: Com base na metodologia de redução ao valor recuperável, baseada no reconhecimento de perdas esperadas, a Companhia não identificou risco de crédito significativo decorrente das operações realizadas com as contrapartes dos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado e, portanto, não registrou redução ao valor recuperável. **7.2. Exposição ao riscos de juros:** As taxas de juros nas aplicações financeiras são operações pós-fixadas vinculadas à variação do CDI, com rentabilidade de 100% do DI. **7.3. Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito. **7.4. Derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e, assim, não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

8. Investimento: O investimento é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com a participação de 100% da sociedade controlada. A sociedade controlada é o Banco CSF S.A. ("Banco"), constituído em 31 de agosto de 2006, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Edifício Villa Lobos - Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP. O Banco deu início às suas atividades em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. E atualmente está autorizado a operar como banco múltiplo, desenvolvendo suas operações por intermédio das carteiras de crédito, financiamento e investimentos regulamentados pelo BACEN e consignado, sendo um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard. As informações demonstradas na tabela a seguir resumem os dados extraídos das demonstrações financeiras do Banco.

Banco CSF S.A.	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido no início do exercício	3.682.020	3.302.244
Lucro líquido do exercício	573.069	380.301
Pagamento baseado em instrumentos de capital	(474)	(788)
Outros resultados abrangentes	331	263
Patrimônio líquido no final do exercício	4.254.946	3.682.020
Saldo total do investimento	4.254.946	3.682.020
Resultado de equivalência patrimonial	573.069	380.301

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA), de 13 de fevereiro de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos para a Companhia, referente ao lucro gerado nos exercícios de 2025 a 2027.

9. Impostos e contribuições a compensar: Os valores dos impostos a compensar referem-se, substancialmente, à diferença entre o valor recolhido com base no cálculo realizado por estimativa da receita bruta e o valor calculado com base no lucro real do exercício.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a compensar	149	143
CSLL a compensar	3	16
Total	152	159

10. Patrimônio líquido: A Companhia propôs aumento de capital no montante de R\$ 250.000, com base em reservas estatutárias, sem emissão de novas ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas durante a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 31 de dezembro de 2025. O valor do capital social no exercício passa de R\$ 1.942.000 para R\$ 2.192.000 e está dividido em 1.742.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **10.1. Reserva de capital: Reserva de pagamentos baseada em instrumentos de capital:** Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos baseados em instrumentos de capital	1.475	10.833

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos Regulares 2022 a 2025 – alterados em maio de 2025 - Em 5 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular. Em 1º de junho de 2023, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular. Em 7 de maio de 2024, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular. Em 19 de fevereiro de 2025, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular. Em 6 de maio de 2025, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a liquidação do Plano Regular 22, conforme data de *vesting* esperada de 5 de maio de 2025, com pagamento em dinheiro e a valor de R\$ 8,50 por ação, não mais em entrega de ações do Atacadão S.A., como resultado da reorganização societária. Ainda em relação às deliberações do Conselho em 6 de maio de 2025, dentre outras medidas, foi aprovada a alteração dos Planos Regulares, conforme a seguir: a. Aditamento das cláusulas e alteração dos Planos Regulares 23 e 24 para refletir, dentre outras, a substituição das Ações Restritas (conforme definido no Plano) por ações fantasmas (*phantom shares*) do Carrefour S.A. (França) ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga; e b. Aprovar o Plano Regular 25, em conjunto com a definição de empregados elegíveis, e correspondentes termos e condições aplicáveis com pagamento por ações fantasmas (*phantom shares*) do Carrefour S.A. (França) ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga. O *vesting period* continua em três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou o direito de receber em dinheiro. O funcionário poderá acessar a totalidade do dinheiro, somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar parte do montante financeiro, *pro rata* no final do *vesting period*. O valor a ser pago em caixa depende do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente – ROC e *Free Cash Flow* – FCF); b. Condição relacionada à valorização da ação (*Total Shareholder Return* – TSR); e c. Item relacionado à responsabilidade social corporativa (*Corporate Social Responsibility* – CSR). Os detalhes dos planos de remuneração em ações, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

Descrição	Plano Regular 22		Plano Regular 23		Plano Regular 24		Plano Regular 25	
Data de aprovação do número de ações em Reunião do Conselho de Administração (RCA) e atualização do regulamento dos planos em AGE de acionistas	5-mai-22		1º-jun-23		7-mai-24		19-fev-25	
Número de ações autorizadas	130.240		328.825		277.498		27.450	
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos		3 anos		3 anos		3 anos	
Número de executivos elegíveis	10		16		16		10	
Data do <i>vesting</i> ^(a)	5-mai-25		1º-jun-26		7-mai-27		19-fev-28	
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação)	8,50		11,58		11,93		13,28	

^(a) As ações fantasmas (*phantom shares*) serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Planos alterados em 6 de maio de 2025, decorrentes de substituição das Ações Restritas (conforme definido no Plano) por ações fantasmas (*phantom shares*) do Carrefour S.A. (França), ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga. As movimentações dos planos de remuneração em ações, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

Descrição	Plano Regular 22		Plano Regular 23		Plano Regular 24		Plano Regular 25	
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	78.032		289.825		267.498		-	
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2025	-		-		-		27.450	
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2025	(78.032)		-		-		-	
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2025	-		(19.050)		(23.481)		(2.700)	
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2025	-		270.775		244.017		24.750	

Planos de Performance *Shares* Grupo 2022 a 2025 ("Plano Grupo 22" a "Plano Grupo 25") - Baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. O *vesting period* é de três anos da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (ROC e FCF);

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da BSF Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSF Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de

b. TSR; e c. Item relacionado à CSR. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

Descrição	Plano Grupo 22		Plano Grupo 23		Plano Grupo 24		Plano Grupo 25	
Data de outorga ^(a)	16-fev-22		14-fev-23		14-fev-24		19-fev-25	
Data da RCA	21-mai-21		21-mai-21		23-mai-23		6-mai-25	
Data do <i>vesting</i> ^(b)	16-fev-25		14-fev-26		14-fev-27		19-fev-28	
Total de ações outorgadas na data de outorga	18.675		9.500		20.220		22.200	
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) ^(c)	14,21		12,92		15,80		13,28	

^(a) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

^(b) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

^(c) Preço da ação do Carrefour S.A. (França), na data da outorga (preço de referência), ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupo): As movimentações dos planos de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

Descrição	Plano Grupo 22		Plano Grupo 23		Plano Grupo 24		Plano Grupo 25	
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	9.625		9.500		20.220		-	
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2025	-		-		-		22.200	
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2025	(9.625)		-		-		-	
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2025	-		(3.000)		(3.110)		(2.700)	
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2025	-		6.500		17.110		19.500	

Despesas reconhecidas no resultado: As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.148 (31/12/2024: R\$ 318). **10.2. Reserva de lucros: 10.2.1. Reserva legal:** Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Além disso, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva legal", em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 28.682 (31/12/2024: R\$ 19.037). **10.2.2. Reserva estatutária:** Visa garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva estatutária", em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 544.966 (31/12/2024: R\$ 361.697). **10.3. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 13 de fevereiro de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos para a Companhia, referente ao lucro gerado nos exercícios de 2025 a 2027.

11. Demonstração do resultado: 11.1. Receitas operacionais

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
Resultado de participação em controlada (nota 8)	573.069		380.301	
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	888		703	
Outras receitas operacionais	35		5	
Total	573.992		381.009	

11.2. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
Despesas de publicações	(56)		(54)	
Despesas bancárias	(1)		(1)	
Total	(57)		(55)	

11.3. Outras despesas operacionais

Descrição	Aliquota		31/12/2025		31/12/2024	
PIS	1,65%		(37)		(28)	
COFINS	7,60%		(6)		(5)	
Total			(43)		(33)	

12. Transações entre partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas: a. Controladora direta - Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; b. Acionista minoritária - Itaú-Unibanco S.A.; e c. Controlada direta - Banco CSF S.A. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Descrição	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco CSF S.A.				
Certificado de depósito bancário	7.613	7.107	888	703

13. Imposto de renda e contribuição social: As demonstrações do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são como segue:

13.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	573.892	380.921
Imposto de renda e contribuição social às alquotas vigentes	(195.123)	(129.513)
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	194.843	129.302
Atualização monetária de impostos a compensar	12	-
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	24
Total	(244)	(187)